

MAURER, Bill; MUSARAJ, Smoki; SMALL, Ivan (Eds.). 2019. Money at the Margins: Global Perspectives on Technology, Financial Inclusion and Design. New York: Berghahn Books, pp. 334.

Vanessa Parreira Perin

Doutora em Antropologia Cultural pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

vanessa_pperin@hotmail.com

Nas últimas duas décadas a vida financeira de populações enquadradas como *pobres* ou *vulneráveis* tem se tornado objeto de atenção tanto para aquelas organizações que conformam o aparato do *desenvolvimento* (Ferguson, 1994), quanto para o mercado financeiro global. Multiplicaram-se, assim, as iniciativas voltadas para as microfinanças de grupos situados em regiões a que estes agentes vão definir como *subdesenvolvidas*, *em desenvolvimento*, *emergentes* ou, mais recentemente, como *sul global*. Segundo Gabor e Brooks (2017), desde a crise financeira de 2008, o foco dos financiamentos *a favor dos pobres* (*pro-poor*) migraram dos serviços de microcrédito, para uma gama mais ampla de produtos de inclusão financeira, como a digitalização das transações monetárias por meio das chamadas *fintechs* (*financial technologies*).

Neste contexto, em *Money at the Margins: Global Perspectives on Technology, Financial Inclusion and Design* os editores reuniram um variado conjunto de artigos sobre práticas envolvendo dinheiro, valor, empréstimo, investimento, poupança e transferência em comunidades do *sul global*. Ao longo do livro, portanto, acompanhamos as descrições dos usos cotidianos de tecnologias financeiras que se propõem a reduzir a pobreza e gerar inclusão financeira, assim como das apropriações realizadas pelos usuários sobre tais aparatos tecnológicos. Os trabalhos apontam como a noção de inclusão financeira e as tecnologias da informação que surgem a ela associadas, são elementos chave de uma reinvenção dos programas de *desenvolvimento* promovidos por agências multilaterais,

governos, instituições financeiras e fundos filantrópicos. Vemos, assim, uma proliferação de ferramentas de pagamento móvel vinculadas a benefícios sociais, que permitem a realização de transações monetárias sem a necessidade do dinheiro em espécie.

Cada capítulo trata de atividades econômicas que, mediadas por tais inovações tecnológicas recentes, têm produzido transformações nos usos e significados do dinheiro entre populações até então pouco visíveis para as instituições financeiras – ou deliberadamente ignoradas por estas. São os chamados *the unbanked* (os sem banco), “cuja capacidade marginal de participação os deixou rejeitados ou esquecidos pelas arenas econômicas principais: aqueles que vivem sob a linha global da pobreza de dois dólares por dia” (p.1, tradução minha). Ao contrário do que pensam muitos dos formuladores de políticas de desenvolvimento para o *sul global*, os artigos vão mostrar como o cotidiano destas pessoas é perpassado por práticas financeiras complexas e significativas. Conforme destaca Jane Guyer em seu ensaio de abertura para uma das partes do livro, a temporalidade das finanças e da vida daqueles que vivem com menos de dois dólares por dia não é de fato mensurada em dólares, ou mesmo em um ritmo diário.

A coletânea é resultado de pesquisas, colaborações e discussões entre uma rede transnacional de acadêmicos, profissionais de agências de desenvolvimento, filantropos e formuladores de política, reunidos e apoiados pelo *Institute for Money, Technology and Financial Inclusion (IMTFI)*, situado na Universidade da Califórnia e dirigido pelo antropólogo Bill Maurer. Embora os autores venham de diferentes experiências disciplinares, em suas pesquisas optaram por uma abordagem etnográfica para descrever as maneiras criativas pelas quais as pessoas, com seus variados repertórios culturais e socioeconômicos, compreendem e mobilizam atividades financeiras no seu dia a dia, para atingir os mais diversificados propósitos. Perpassando um conjunto amplo de locais (Haiti, República Dominicana, Quênia, Nepal, Cuba, México, África do Sul, Etiópia, Filipinas, Índia, Chile e Colômbia) os artigos apresentam a maneira como mudanças recentes em políticas, instituições e tecnologias monetárias alteraram profundamente as práticas financeiras nestes contextos situados.

No âmbito das agências de desenvolvimento também tem proliferado uma literatura que ressalta a complexidade das atividades financeiras realizadas por populações mais pobres, lançando as bases para estudos sobre as *low finances*¹. Contudo, segundo os

1 O conceito refere-se às variadas estratégias e recursos financeiros mobilizados por aqueles sujeitos excluídos das instituições financeiras formais. São práticas mediadas por cálculos que as pessoas fazem usando parâmetros monetários, mas também remetendo a circuitos de valoração socioculturais, que dão forma e conteúdo às transações. Segundo os editores, “usamos o termo *low finance* para nos referirmos às transações econômicas que se realizam principalmente (embora não inteiramente) fora dos sistemas bancários formais e dos regimes regulatórios oficiais, que são mediadas sobretudo por

editores responsáveis pelo texto de introdução da coletânea, ainda que estes estudos reconheçam a agência dos *sem banco* em relação a atividades financeiras, suas abordagens sobre as formas que o dinheiro pode assumir são bastante limitadas, não apreendendo seus significados sociais, culturais e morais mais amplos. Nos trabalhos da antropologia da economia ou das finanças, entretanto, já existe uma longa tradição de pesquisas engajadas em apresentar as mais diversas formas pelas quais os sujeitos mobilizam, relacionam, definem e negociam questões de caráter econômico (Maurer, 2006). Os artigos que compõem o livro se estruturam a partir destes debates, para estendê-los à discussão sobre as práticas e estruturas financeiras “nas margens” do capitalismo global.

O livro é composto por 13 artigos, divididos em quatro seções temáticas (Inclusão e Exclusão; Valor e Riqueza; Tecnologia e Relações Sociais; Design e Prática), cada uma delas contendo um ensaio de abertura elaborado por um acadêmico ou profissional de reconhecida contribuição para o campo de discussão abordado. Assim, na Parte I, Ananya Roy aponta como os artigos dessa seção permitem ir além do binarismo inclusão/exclusão ao enfocarem criticamente as inter-relações entre metodologias de inclusão financeira, suas tecnologias e as práticas cotidianas de pessoas excluídas das instituições financeiras formais. Dessa forma, tanto desconstróem estereótipos sobre populações *vulneráveis*, como refugiados, migrantes e deficientes visuais, quanto demonstram o quanto a noção de inclusão questiona a forma como a diferenciação social é categorizada, administrada e governada.

Já na Parte II, Jane Guyer ressalta que a partir das etnografias desta seção é possível compreender como a capacidade de persistir através do tempo é em si um ativo e um recurso escasso nos mundos descritos pelos autores, onde a vida cotidiana é bastante imprevisível. A criação de duração, portanto, é uma necessidade, mas também uma prática de valoração em relação a temporalidades erráticas, vividas em diferentes registros e em circuitos monetários coexistentes. As *margens* são também temporais e mediadas por “malabarismos” para que os sujeitos possam sustentar o valor de seus ativos (gratidão, respeito, prestígio, confiança, segurança). É o caso, por exemplo, da manutenção dos ROSCAS (*Rotating Savings and Credit Associations*, conhecidos no Brasil como consórcios) apontados em vários capítulos.

Na parte III, Jenna Burrell chama atenção para um fato pouco considerado pelos engenheiros e designers das *finthechs*: entre os referidos *unbanked* o dinheiro atravessa um

dinheiro e moedas *soft* (...) e que frequentemente envolvem múltiplas plataformas financeiras e de meios de pagamentos e troca” (p.5, tradução minha). Assim, não se trata de um sinônimo para *microfinanças*, que se refere a um conjunto de serviços e produtos oferecidos por instituições financeiras formais a grupos de baixa renda.

conjunto de relações interpessoais, que distribuem (e redistribuem) o que é acumulado, conforme suas próprias noções de equidade. Assim, os capítulos desta seção mostram como as finanças estão incrustadas em relações sociais, que se expressam também na forma como as tecnologias de inclusão financeira (modalidades de pagamento móvel via celular, contas digitais para o recebimento de benefícios sociais, cartões de crédito de lojas de departamento) são incorporadas ao dia a dia destes grupos de maneiras não antecipadas por seus criadores. Os valores estabelecidos nestas transações evidenciam o contraste entre as formas de uso destas tecnologias pelas pessoas e as concepções de profissionais do *desenvolvimento* de que elas possuem uma natureza exterior, impessoal e individualista.

Por fim, na Parte IV, Joshua Blumenstock destaca uma questão semelhante em relação à apropriação destas tecnologias por seus usuários. Trata-se dos atritos, assim como dos sucessos ocasionais, que surgem quando interfaces preexistentes são transplantadas de um contexto a outro, deixando evidente que “um tamanho se ajusta a apenas alguns”. Dessa forma, a seção enfoca as complementariedades e justaposições entre novas tecnologias financeiras, como os bancos digitais e aplicativos de pagamento móvel, e complexos sistemas formais ou informais já existentes em determinados locais, como os fundos coletivos. Dos artigos emergem ainda duas recomendações para tais produtos: remover a complexidade dos sistemas e assegurar que as novas tecnologias sejam elaboradas a partir dos modos de trocas econômicas e acumulação já existentes.

No geral, os capítulos apresentam instigantes descrições sobre as formas de uso e significado do dinheiro, que vão além do espaço institucional delimitado pelos bancos e outras agências financeiras. Exploram as formas como as pessoas que vivem com menos de dois dólares por dia transpassam as barreiras colocadas por estes agentes. Os autores procuram destacar, assim, “os atos criativos de conversão, desempenho e performance que permeiam as transações com instituições financeiras não bancárias” (p. 4, tradução minha). Desse modo, uma ampla gama de coisas e práticas aparecem como possíveis ativos financeiros que podem ser poupados, investidos, emprestados ou de outras maneiras transacionados para quitar dívidas, gerar lucros, recursos, rendimentos e riqueza, assim como para produzir prestígio, suprir desejos, manter valores ou costumes, demarcar diferenciações sociais e criar diferentes tipos de capital.

Entre as tecnologias de inclusão financeira que nos são apresentadas estão as modalidades digitais de moeda e pagamentos, como as transações “pessoa a pessoa” (P2P), que permitem o envio de remessas de dinheiro via telefone celular, com destaque para a empresa queniana M-Pesa. São tecnologias que apesar de demonstrarem potencial

para iniciativas de inclusão, também podem aprofundar ou mesmo gerar outros tipos de exclusão, como mostra o artigo de Kitty e Mutinda. Nesse sentido, mais do que focar possíveis soluções tecnológicas para a redução da pobreza, como fazem os promotores destes serviços, os autores buscam descrever performances, estratégias e efeitos inesperados que surgem quando as pessoas passam a adaptar práticas monetárias tradicionais e novas infraestruturas técnicas. Ressaltam, assim, que *os pobres* já participam de variadas e criativas de atividades econômicas.

Como foi dito, nem todos os autores vem de uma formação em antropologia, sendo que muitos são profissionais de áreas relacionadas à tecnologia da informação e comunicação. Desse modo, outro tópico mais geral do livro são as formas de colaboração entre os debates construídos na da academia, no meio empresarial e na esfera da filantropia. Se afastando de pesquisas de mercado tradicionais, os autores inspiram-se em abordagens como a do *design humanitário* ou *centrado no ser humano*, que buscam compreender como observar o comportamento humano pode trazer *insights* importantes para o processo de engenharia de um produto². Assim, com os materiais etnográficos que apresentam, os autores procuram contribuir para a elaboração futura de políticas, para a proposição de projetos e para o *design* de novos produtos.

As colaborações a partir das quais os capítulos foram elaborados cruzam as fronteiras do *design* de projetos e produtos, das agências de desenvolvimento e das ciências sociais. São pesquisas que se apoiam ainda na noção de lateralidade (Maurer, 2005), segundo a qual a etnografia toma forma nas relações pelas quais pesquisador e “sujeitos de pesquisa” formatam de maneira mútua seus conhecimentos. Atentando para as disfuncionalidades de alguns modelos inclusão financeira, os autores buscam indicar *designs* que estariam mais sintonizados aos contextos locais de suas pesquisas, a partir deste engajamento diferenciado com seus interlocutores. Esperam, assim, que tais colaborações sejam “um caminho que ajude a garantir que teorias e métodos sociais não fiquem enterrados na academia, mas, em vez disso, possam ser colocados para funcionar e oferecer uma visão reflexiva no mundo mais amplo” (p.10, tradução minha).

Embora ainda não esteja claro como muitos destes projetos vão gerar renda ou resolver problemas infraestruturais em regiões pauperizadas, seus promotores afirmam que por serem *cashless* (sem dinheiro físico) poderiam “aumentar a transparência

2 Originadas nos meios empresariais, tal perspectiva tem investido recentemente em métodos de pesquisa etnográficos como a observação direta e contatos mais longos com seus grupos de interesse. Muitas estão aliadas a fundos de filantropia, como é o caso da Fundação Bill e Melinda Gates, para desenvolver ferramentas destinadas a aumentar a inclusão financeira por meio de novas tecnologias como aplicativos para celular, que começam a povoar os programas de cooperação internacional.

financeira, reduzir a corrupção e facilitar a poupança e as transferências, particularmente remessas internacionais e urbano-rurais, que são amplamente reconhecidas como fontes importantes de financiamento do desenvolvimento local” (p. 7, tradução minha). Por outro lado, como acuradamente apontado por um dos interlocutores no artigo de Donovan, da perspectiva dos beneficiários muitas vezes a “inclusão financeira significa que seu dinheiro não está com você”. A apropriação ou manutenção do controle sobre os montantes e o fluxo dos capitais pelas mesmas instituições situadas nos centros financeiros globais coloca em questão, portanto, a contribuição mais duradoura e efetiva destas tecnologias financeiras para a redução de desigualdades socioeconômicas.

Análises nesse sentido são uma contribuição interessante da obra para os leitores que buscam compreender o cenário das últimas décadas no Brasil, em que ocorre a financeirização de políticas sociais aliadas à crescente oferta de serviços financeiros para populações de baixa renda (como o Bolsa Família, benefícios de previdência social, créditos consignados e financiamentos pré-aprovados). São instrumentos que visam diminuir as desigualdades sociais e promover a cidadania através da transferência de renda e do estímulo ao consumo como forma de alavancar o desenvolvimento econômico. No entanto, a incorporação destas camadas da população brasileira ao mercado de serviços financeiros tem levado a efeitos ambivalentes, como a possibilidade de consumirem bens de maior valor, ao mesmo tempo em que há um aumento no grau de endividamento e inadimplência nestes estratos sociais (Muller, 2013). Tem ainda contribuído para importantes transformações nas relações de gênero e geracionais relacionadas ao controle da renda familiar, que podem dialogar com muitos dos debates apresentados nos artigos da coletânea.

Se há uma crítica a ser feita à obra seria o uso ao longo dos capítulos da categoria *sul global*, que já se tornou um jargão do campo do desenvolvimento internacional³, de forma pouco problematizada e nuançada – algo que pode ser reflexo da própria estratégia de colaboração adotada pelos autores. Assim, este parece replicar um mesmo léxico de agências internacionais, que seu argumento etnográfico busca ultrapassar. Como colocar em uma mesma rubrica países que têm ativamente se lançado como *global players*, como é o caso de Índia e África do Sul, e Cuba, com seu particular caminho pela via socialistas

3 A ideia de um *sul global*, porém, começa a ser delineada ainda no contexto da Guerra Fria, a partir de propostas vindas de determinados países alocados na categoria *terceiro mundo* que tentavam estabelecer associações autônomas entre si. Neste grupo estavam incluídas nações com diferentes histórias, trajetórias políticas e ideologias, mas que propunham promover a cooperação e a solidariedade entre os *povos do sul*, como instrumentos para reduzir assimetrias político-econômicas. Assim, buscavam conduzir seu *desenvolvimento* de maneira independente, frente à polarização que se configurava naquele momento, lançando as bases para o que algumas décadas depois seria classificado como *cooperação sul-sul*, já em um contexto marcado pelo *multilateralismo*.

de governo? Ou ainda, com o Haiti e sua particular construção de seu estado nacional desde a libertação colonial? O quadro fica ainda mais difuso ao consideramos os contextos particulares dos países africanos abordados e da Colômbia, com seu longo e complexo conflito armado.

Todavia, o modo como a noção de *margem* é composta pelo material etnográfico apresentado reforça tais singularidades, para além de uma divisão pré-fixada entre circuitos formais e informais (ainda que apresentem algumas ressonâncias entre contextos diferenciados) ou mesmo de um *sulglobal* mais genérico. Os artigos permitem compreender que longe de serem locais de ausência, de falta, do incompleto, enfim, do *desenvolvimento* ainda não alcançado, como poderiam supor agências financeiras, estes são contextos de proliferação de estratégias e inovações para lidar com diferentes repertórios monetários, desejos, afetos e moralidades dos que foram ignorados por aqueles que estabeleceram as tais *margens* – até que se percebeu a rentabilidade de sua inclusão.

Referências

- FERGUSON, James. 1994. *The anti-politics machine: "development", depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- GABOR, Daniela & BROOKS, Sally. 2017. "The digital revolution in financial inclusion: international development in the fintech era". *New Political Economy*, 22(4):423-436.
- MAURER, Bill. 2006. "The Anthropology of Money". *Annual Review of Anthropology*. v. 35: 15-36.
- _____. 2005. *Mutual life, limited: Islamic banking, alternative currencies, lateral reason*. New Jersey: Princeton University Press.
- MULLER, Lúcia Helena A. 2013. "Políticas de inclusão e educação financeira". *Anais do 37º Encontro Anual da ANPOCS*, Águas de Lindóia, São Paulo.

Recebido em 28 de outubro de 2020.
Aceito em 16 de fevereiro de 2021.